

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.914 - SP (2019/0011405-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **MRV SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**
ADVOGADOS : **LEONARDO FIALHO PINTO - MG108654**
YANA CAVALCANTE DE SOUZA E OUTRO(S) - GO022930
ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA - SP325150
AGRAVADO : **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL CRISTAL VILLE**
ADVOGADO : **MARCO ANTONIO DE SOUSA GIANELI - SP168370**

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (arts. 445 e 501 do CC), Súmula 7/STJ e divergência não comprovada.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: Súmula 7/STJ e divergência não comprovada.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro, por equidade, em 2% os honorários fixados anteriormente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos

arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra

